

LEI MUNICIPAL Nº. 2.366/07 DE 08 DE JUNHO DE 2007.

“Autoriza o Executivo Municipal a efetuar contratação temporária de excepcional interesse público de 01 (um) enfermeiro 40 horas para o Programa Saúde da Família – PSF e dá outras providências.”

O **PREFEITO MUNICIPAL** de Constantina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que em cumprimento com o artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo o seguinte:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a contratação temporária e de excepcional interesse público, abaixo discriminadas, cujas atribuições constam do Anexo I desta Lei, com a finalidade de dar continuidade ao Programa de Saúde da Família (PSF), abrangendo toda a população do Município de Constantina-RS. Sendo:

Quantidade	Função	Carga horária	Vencimento Básico (R\$)
01	ENFERMEIRO	40hs/semanais	2.047,03

Art. 2º. De acordo com a nova redação dada ao art. 37 XVI “c” da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional nº. 34/2001, poderão os servidores públicos cumular dois cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, ao ser contratado nos termos desta Lei, ressalvada a incompatibilidade de horário disponível para o exercício da função.

Art. 3º. O prazo de vigência da contratação temporária e de excepcional interesse público previstas nesta Lei será pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser renovado por igual período, ou abreviado se o término do programa ocorrer antes do prazo acima referido.

Art. 4º. A contratação será regida pelo Art. 234, da lei Municipal nº. 1.790/2002, e suas posteriores alterações.

Art. 5º. As contratações específicas nesta Lei serão precedidas de seleção pública, admitida à contratação de servidores municipais na hipótese de cumulação de cargos.

Art. 6º. Os vencimentos básicos fixados nesta Lei para remuneração do profissional a ser contratado será reajustado no mesmo percentual e data da revisão, reajustes ou reposição dos vencimentos dos demais servidores municipais.

Art. 7º. O profissional a ser contratado de forma excepcional e temporária conforme descrito no art. 1º desta Lei, terá dedicação exclusiva ao Programa de Saúde da Família conforme carga horária específica.

Art. 8º. A contratação temporária e de excepcional interesse público de que tratam esta Lei, reger-se-á pelas Leis Municipais nº. 1790/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais e a Lei Municipal nº. 1835/2002, que dispõe sobre o quadro de cargos e funções dos servidores municipais e suas alterações posteriores e ou legislações supervenientes, com idêntica finalidade.

Art. 9º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da rubrica orçamentária específica da Secretaria Municipal de Saúde consignada no orçamento municipal sob o nº. :

09-Secretaria Municipal de Saúde

02 – Auxílios e Convênios

2088 – PSF - Programa Saúde da Família – União

3.1.90.04.00.00.00.4520-298 – Contr. por tempo determinado

Art. 10. Revoga todas as disposições em contrário.

Art. 11. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se;

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 08 de junho de 2007.

Francisco Frizzo
Prefeito Municipal

Cesar Santos Giacomini
Sec. Mun. da Administração